

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRODUÇÃO MEMORIALÍSTICA GRAPIUNA

Jackson Novaes Santos¹

RESUMO: Buscar-se-á, por meio presente comunicação, apresentar breve esboço dos resultados alcançados ao longo de pesquisa desenvolvida junto ao curso de Especialização em História do Brasil da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), que resultou na elaboração de estudo monográfico intitulado “A produção memorialística grapiúna: uma análise historiográfica”, elaborado sob a orientação da Prof.^a Dr. Janete Ruiz Macedo e submetido à apreciação da banca examinadora em janeiro de 2011.

Palavras-Chave: Memorialismo. Historiografia. Literatura.

1 Introdução

É na peculiar relação entre o universo de historiadores e memorialistas que reside o foco principal da presente análise. Afinal, não há como se falar em historiografia regional, sobretudo em se tratando de região cacauzeira, sem considerar a importância das obras produzidas por memorialistas.

Convictos disso, teremos com cerne da presente discussão a maneira peculiar como a figura do memorialista, indelévelmente associada ao processo de “construção” da memória regional, é vista pelo meio acadêmico, sobretudo no que concerne aos caracteres imagético-conceituais criados pelos historiadores para retratar este personagem, bastante utilizado enquanto fonte, mas pouco problematizado enquanto objeto de estudo.

Para tanto, discorreremos de forma sucinta acerca das principais delimitações conceituais inerentes ao memorialismo, a partir do referencial teórico adotado, situando-o entre os campos do saber da História e da Literatura. Em seguida, debruçaremos nossos olhares, de forma mais específica, sobre o que entendemos por “memorialismo grapiúna”, a partir de suas especificidades espaciais e temporais.

2 Memorialismo e Historiografia

Urge que destaquemos, a princípio, que uma das primeiras dificuldades com que se deparará um pesquisador, ao intentar desenvolver uma abordagem historiográfica acerca do memorialismo grapiúna, será, certamente, adotar um conceito coerente aplicável ao termo “historiográfico”, uma vez que, em torno deste, não posicionamento unívoco por parte dos

historiadores brasileiros, em decorrência da polissemia inerente ao termo (MALERBA, 2002, p. 29).

Ademais, ao se falar em historiografia, é importante que se diga, conforme anota Malerba (Idem): “*A dificuldade de se trabalhar com o campo historiográfico é imensa, na proporção da falta de parâmetro estabelecidos para o conceito de ‘historiografia’*”. Aspecto este relevante se consideramos que, conforme nos lembra Certeau, um historiador necessita do beneplácito de seus pares para conferir historicidade ao seu texto, pois, um dos ditames mais rígidos do meio historiográfico se traduz, justamente, nas chamadas “leis do meio” (CERTEAU, 2000, p. 72).

Aliás, nesse aspecto, o que se nota é uma espécie de escassez de pesquisas de cunho propriamente historiográfico em termos regionais. A esse respeito, filiando-nos aos argumentos sustentados por Cardoso (2005, p. 115), quando mencionamos a carência de uma produção de cunho propriamente historiográfico a nível regional, utilizamos o termo “historiográfico” em referência àquelas obras que se dedicam a uma análise sistemática da produção histórica, buscando estabelecer padrões de explicação ou compreensão do conhecimento histórico que é produzido.

Entende-se, deste modo, que inexistem em termos regionais uma tradição historiográfica bem definida em torno de um domínio historiográfico voltado para a História da Historiografia, capaz de entrar em sintonia com as crescentes demandas decorrentes do processo de profissionalização verificado no Brasil, neste novo campo historiográfico, sobretudo, a partir da década de 1990 (MALERBA, op. cit., p. 31). Assim, de modo geral, o que se percebe é a falta de fomento de uma discussão mais articulada e intensa sobre a forma como a memória regional tem sido erigida.

3 Memorialismo: um espaço ainda não bem definido entre a história e a literatura

Chamou nossa atenção, ao longo desta pesquisa, a constatação de que muito já se produziu, tem-se produzido e, certamente, muito mais haverá de ser escrito, em âmbito acadêmico ou não, sobre a história política da região cacaueira. É importante salientar que, inegavelmente, a epopeia da “civilização do cacau”, expressão consagrada por Adonias Filho (SOUZA, M. G.; COSTA, M. B. F; OLIVEIRA, A. H. 2007), já serviu de inspiração para muitos escritores, romancistas, poetas, músicos e, é claro, também exerce grande fascínio e interesse nos estudiosos das ciências sociais e, notadamente, nos historiadores.

Não é por acaso que um dos fatos mais curiosos ligado à história da região cacauzeira é justamente o volume considerável de obras de origem exógena ao grupo de historiadores, produzidas por memorialistas, geralmente versando sobre fatos políticos relevantes para as diversas cidades da região.

Mas, inegavelmente, foi por meio das obras literárias de escritores como Jorge Amado e Adonias Filho que a saga do cacau ganhou notoriedade e ajudou a propagar em âmbito nacional e também internacional a “cultura grapiúna”.

Assim, paralelamente às obras dos ficcionistas sul-bahianos, outro tipo de narrativa ajudou a cristalizar uma memória oficial da história política local, referimo-nos, mais uma vez, às obras dos memorialistas, que devem ser interpretadas como algo distinto das narrativas literárias. Apesar de que, em comum, estes gêneros evidenciam uma função de construção identitária, no sentido atribuído por pesquisadores como Souza, M.G; Costa, M. B. F; Oliveira, A. H. M (Idem).

Como em outras regiões do país, a percepção das transformações sócio-econômicas que marcaram o Brasil desde o final do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX fez com que muitos intelectuais se dedicassem a construção de obras narrativas baseadas em suas memórias ou nas suas leituras sobre a realidade que os cercava.

Destacamos, contudo, que a produção de narrativas memorialísticas não se configura enquanto exclusividade grapiúna; longe disso, ocorre que em outros centros esse fenômeno já despertou maior interesse da comunidade acadêmica, ao passo que em nosso contexto ainda é novidade.

Notamos que parcela significativa da produção bibliográfica relacionada aos eventos políticos da região está intrinsecamente associada à produção das narrativas oriundas dos chamados memorialistas. A importância desse fenômeno ganha relevo à medida que constatamos que esse tipo de escrita é, incidentalmente, matéria prima por excelência dos pesquisadores ligados à historiografia regional ou local. Entretanto o que se percebe é que existe uma nítida apropriação dos discursos contidos nestas obras, que geralmente são tratadas como fontes primárias, sendo estes reproduzidos por muitos acadêmicos, como se axiomático fosse seu teor, sem que se proceda, no entanto, uma análise mais pormenorizada de seu conteúdo, corroborando, portanto, com a perpetuação de uma tautologia sócio-cultural (CERTEAU, op. cit., p. 73), profundamente enraizada na forma como a história regional ou local tem sido trabalhada.

Mas, afinal, quando mencionamos a figura do memorialista a que precisamente nos reportamos?

A princípio, de maneira bastante simplista, poderíamos definir memorialismo como o conjunto de obras desenvolvidas fora do âmbito acadêmico, criadas por pessoas que não possuem formação específica em história, ou melhor, que não freqüentaram uma universidade especializada. Contudo tal classificação careceria de substancialidade.

Com relação à dificuldade de se estabelecer uma conceituação do que se entenda por memorialismo Carnielli (2006, p. 59) pertinentemente afirma não se trata de tarefa das mais fáceis, dado, sobretudo, se tratar de um conceito amplo e vago.

Em pesquisa bastante relevante sobre o tema Brefe (1993, p. 05) afirma que este gênero teria surgido, provavelmente, na França medieval, por volta dos séculos XIII e XIV, notadamente com os cronistas Joinville (1224-1317) e Jean Froissart (1337-1410).

No Brasil, segundo noticia-nos Carnielli (Op., cit., p. 58), esse gênero literário teria surgido no final do século XIX, mas ganhado força somente no início do século XX, muito provavelmente por conta das inúmeras transformações sociais e econômicas pelas quais passava o país, em suas diversas regiões, em sua transição de uma sociedade predominante rural, rumo a um Brasil de feições urbanas. Foi, nesse contexto, que muitos desses intelectuais “memorialistas” despertaram o interesse por registrar suas leituras desta sociedade em transformação.

De volta à busca de uma definição conceitual mais precisa sobre o memorialismo notamos que, ao se reportar a figura do memorialista, Ana Cláudia Brefe (Op. cit., loc. cit.), na sua interessante dissertação de mestrado defendida na Unicamp, afirma que:

[...] pode-se dizer que o memorialista realiza uma crônica biográfica de uma época, de um momento histórico, ou ainda, de uma sociedade qualquer em que a narrativa e **a abordagem das temáticas são definidas e centralizadas em seu próprio ser** (grifo nosso). É, portanto, através de sua narração que “o autor expõe comenta fatos e episódios de que ele participou ou dos quais teve conhecimento situacional rico de pormenores”.

Diante do conceito acima exposto não seria forçoso classificar as obras de cunho memorialista em dois grupos. O primeiro formado por escritores que alicerçam suas narrativas em fatos e episódios de que tenham participado. No segundo teríamos as narrativas que descrevem eventos em que o memorialista teria “conhecimento situacional rico de pormenores”, mas não participando como sujeitos da trama histórica.

Acatando-se a classificação ora exposta, no primeiro caso, quando memorialista sedimenta sua narrativa a partir de suas memórias sobre uma determinada realidade, há uma aproximação do conceito de gênero memorialismo com o “biografismo”, sendo este termo mais utilizado entre os estudiosos da literatura.

No biografismo o autor estaria atrelado a um compromisso referencial com um passado do qual participou enquanto sujeito histórico, dando testemunho de suas memórias. Entretanto, vale destacar que, segundo Rodrigues (2010, p. 838), o biografismo não deve ser confundido com o gênero ficção biográfica ou romance biográfico, pois, neste, não há compromisso referencial com uma experiência do vivido, descrevendo a trajetória de um “ser de papel”. Ou seja, segundo essa corrente de pensamento o “[...] *fazer ficcional tem compromisso com uma verdade factual, pois se trata de uma invenção que, no entanto, pode conter resquícios documentais*” (SOUZA, M. G.; COSTA, M. B. F.; OLIVEIRA, A. H. M. Op., cit., p. 08), diferentemente do que ocorre com o biografismo, que se centra na trajetória de uma pessoa a partir de suas experiências de vida.

Assim, no bojo do gênero ficção biográfica estariam obras inquestionavelmente reconhecidas por seus pares como literárias e que são de grande relevância na construção do que se convencionou chamar de memória regional. A chamada literatura do cacau está repleta de exemplos de ficções biográficas, merecendo destaque, nesse sentido, a obra de autores como Jorge Amado e Adonias Filho.

Há quem sustente, inclusive, que, por conta de situar-se numa fronteira não bem definida tanto em relação ao campo da literatura quanto ao da história é que o memorialismo não goze de destaque em ambos (OLIVEIRA, I. L. B. C; DELGADO, A. F, 2008, p. 49).

Ao nos depararmos com o limiar conceitual acima referido entendemos com mais clareza alguns dos fatores que ajudam a explicar a forma como o gênero memorialista é percebido, numa relação de alteridade, tanto em relação aos historiadores, quanto entre aos que se dedicam à literatura, dentro de um enfoque regional ou local, ou mesmo no universo acadêmico como todo, onde, muitas vezes, memorialismo é tido como mera historieta, produto de um ramo menor do saber. A esse respeito, bem observa Carnielli (Op. cit., p.59), citando Luiz Rodolfo Vilhena, que o gênero memorialista é tido por muitos como um “*ramo menor do saber, confundido muitas vezes com o mero colecionismo de fatos, datas e curiosidades históricas*”.

Outro fator que pode explicar o tom pejorativo com que essas narrativas são tratadas por parte dos historiadores profissionais, provavelmente seria por conta de seu estilo de

construção discursiva muito semelhante àquilo que parte dos historiadores denomina de “história tradicional”, que também é comumente associado com o estilo positivista de historiografar.

Assim, por ser assemelhar, de certa maneira, com o estilo da chamada “História Tradicional”, de forte cunho positivista, tendo, dentre outras características, prior pelo elemento factual e para com os grandes nomes da política, a narrativa memorialista passou a ser estigmatizada também como um contra-modelo. Esse, “modelo positivista”, como nos ensina a Prof.^a Vavy Pacheco Borges (1993, p. 34), tem como uma de suas principais características apresentar os eventos históricos como uma sucessão de acontecimentos isolados, se atrelando, principalmente, aos feitos políticos dos “grandes heróis”

4 O Memorismo grapiúna

Como já fora dito anteriormente, o objeto central da presente análise é a produção dos memorialistas, e, mais especificamente, de um determinado tipo de memorialismo, que se desenvolveu no Sul da Bahia, no recorte geográfico amplamente utilizado pela historiografia regional ou local denominado de “região cacauzeira” e que, juntamente com a chamada literatura do cacau, contribui significativamente para a edificação de uma memória oficial que se traduz num dos signos simbólicos mais característicos da identidade cultural local, também conhecida como cultura grapiúna. Seguindo essa premissa, conforme observa Sampaio, na obra “Gabriela”, de Jorge Amado, por exemplo:

A denominação ‘grapiúna’ estava cercada de certos significados que conferiam sentido a palavra como manifestação de identidade local. Para serem grapiúnas as pessoas deveriam se encaixar em requisitos que eram considerados como inerentes à natureza da população regional (SAMPAIO, 2010).

É importante sublinhar, ainda, que a palavra *grapiúna*, segundo o Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0, é de Origem tupi, e designa o “habitante da região cacauzeira do Sul da Bahia”. Com isso, frisamos que ao nos reportarmos aos memorialistas grapiúnas tratamos de um tipo específico de memorialismo, e essa distinção é importante que se faça, uma vez, que, apesar de possuir características gerais, o memorialismo se apresenta com diferentes especificidades nos diferentes contextos sócio-culturais em que se desenvolveu por esse Brasil a fora.

Na tentativa de agasalhar na presente discussão os dois principais tipos de memorialismo, segundo a classificação retro-mencionada, fundamentada na obra de Brefe (op. cit.), buscamos, ao longo do estudo monográfico que serviu de supedâneo à presente reflexão (SANTOS, 2011), empreender uma sucinta análise do memorialismo grapiúna a partir das obras “Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus”, de autoria do memorialista Silva Campos, e “O jequitibá da taboca”, de autoria de Oscar Ribeiro Gonçalves, que constrói uma narrativa tendo como base as memórias de um cidadão grapiúna chamado Manoel Fogueira.

5 Regionalismo e memorialismo

Como se pôde notar, em diversos momentos reportamo-nos à relação existente entre a produção dos memorialistas e a historiografia regional ou local. Entretanto, parece-nos que quando empregamos o conceito “regional” o fazemos de forma semelhante ao de memorialismo, ou seja, o usamos em larga escala, mas geralmente sem problematizá-lo de forma mais acurada.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior, por exemplo, também destaca esse fenômeno de inércia do historiador frente a um conceito tão importante como o de região. Segundo ele, apesar do grande número de escritores que reclamam para si o rótulo de historiador regional, o conceito de região é pouco discutido e pouco problematizado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p55).

Há quem diga, contudo, que o conceito de regional não seja tão significativa, uma vez que toda pesquisa aborda determinado espaço, sendo toda história, portanto, de certo modo, regional, o que se alteraria simplesmente seria a escala de análise de determinado espaço. Opinião esta que não comungamos, mas que aqui não trataremos de refutá-la, pois este não se trata do objeto da presente reflexão.

Na verdade, segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008, p.7), o conceito de região teria sido introduzido no debate historiográfico no final do século XIX, com o chamado regionalismo Francês. Desde então, a ideia de região ou regional se apresentou bastante atrelada com a ideia de espaço físico proposto pela geografia física. No que se refere ao regionalismo no Brasil, por exemplo, Albuquerque Júnior lembra que “[...] o discurso regionalista surge na segunda metade do século XIX, à medida que se dava a construção da

nação e que centralização política do Império ia conseguindo se impor a dispersão anterior” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, 47).

Entretanto, a “importação” do conceito de região, tal como proposto pelos franceses, não foi “um modelo automaticamente transportável para a realidade brasileira”, haja vista as distinções territoriais e culturais existentes entre os dois países (SILVA, 1995, p. 02).

Além do mais, mesmo com o advento dos *Annales*, por conta do contato com métodos de outras ciências sociais, como a Geografia, essa concepção de espaço regional se caracterizou por entender a região enquanto:

[...] resultado do emprego que o homem fez da natureza em dado território, vergando-a a seus usos, estabelecendo conexões entre os traços esparsos das circunstâncias locais, trazendo à luz a sua individualidade, tornando-a um conjunto sistemático de forças. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 04).

Por sua vez, na análise marxista o conceito de região foi-se deslocando gradativamente para uma concepção de “espaço”; mas um espaço determinado em função do modo de produção segundo o qual a sociedade se organiza de forma infra e superestrutural. Mas, assim como na concepção de região hegemônica entre os adeptos da escola francesa, tanto na visão marxista, quanto na dos *Annales*, “a dimensão imaginária, simbólica e hermenêutica da região é obliterada” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, Op. cit., Idem). Ou seja, a dimensão simbólica, subjetiva, criativa do conceito não é vislumbrada, em tese, pelas abordagens de cunho estruturalistas.

Contudo, com o advento das abordagens pós-estruturalistas, as fronteiras do conceito de região foram alargadas para outras zonas do conhecimento. A hermenêutica interpretativa do regional passou a vislumbrar, portanto, uma concepção de regional que englobasse também os elementos discursivos, imaginários, representativos e simbólicos.

A região, segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior, é, ainda, algo inventado pelo homem. Uma “invenção” que visa tanto ordenar a natureza, ao criar definições de regiões naturais, quanto moldar a sociedade, ao conceberem regiões econômicas, político-administrativas, etc. Entretanto, em se tratando de uma produção historiográfica local, a nosso ver, a forma como o regional é retratado seja nas representações dos historiadores, seja, também, nas narrativas dos memorialistas grapiúnas, ainda está intrinsecamente associada a um conceito de regional tal como o dos regionalistas franceses do século XIX, ou seja, não dando margem para uma análise que vislumbre uma compreensão da dimensão simbólica do recorte regional.

Para Durval Muniz, o caminho a ser trilhado pelo historiador que se denomina um estudioso do regional não deve ter como escopo a afirmação da região, mas sim colocá-la em xeque, devendo-se, portanto, “suspeitar de sua existência naturalizada” (Ibidem, p. 59).

6 O memorialismo grapiúna no tempo

De início, é importante que observemos que, cronologicamente falando, o memorialismo no Brasil teria se desenvolvido entre os séculos XIX e XX, apesar de que muitos pesquisadores empregam o termo memorialismo para classificar obras de inúmeros autores que produziram fora desse recorte temporal específico.

Por assim dizer, destacamos nossa opção por selecionar, em nosso estudo monográfico, obras memorialísticas que se inserissem no recorte temporal em tela. De forma mais precisa, vale dizer que “Capitania de São Jorge dos Ilhéus” foi um livro produzido na década de 30, e, de certo modo, é uma narrativa construída a partir do instrumental metodológico de seu lugar social de produção.

Já o livro “Ensaio Histórico de Itabuna”, por sua vez, foi lançado há aproximadamente 50 anos, como forma de celebrar o cinquentenário da cidade de Itabuna. É, por assim dizer, uma obra comemorativa a um marco temporal significativo para a história política dessa cidade, que, juntamente com Ilhéus, configura enquanto base principal da tessitura urbana na qual uma memória grapiúna se alicerça e é continuamente construída.

7 Considerações Finais.

De todo exposto, concluímos que ao realizar a tarefa de construir um estudo historiográfico sobre a forma como uma memória oficial da região cacauera vem sendo engendrada perpassa, inevitavelmente, pela necessidade de superar algumas questões conceituais. A primeira delas é justamente o que se entende por um estudo historiográfico.

Acreditamos que o aprofundamento de estudos relacionados à temática do memorialismo pode colaborar para o amadurecimento do debate de cunho historiográfico regional e, com isso, alargar os horizontes de pesquisas em termos de outros domínios historiográficos, bem como possibilitar um diálogo franco, em termos conceituais, com outras áreas do conhecimento, a exemplo da Literatura.

¹ Especialista em História do Brasil e Graduado em História pela UESC. E-mail: novaisjn@hotmail.com.